

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMBUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.655.408/0001-55, representado pelo seu Vereador Presidente, Sr. Jorge Luiz Sardo **TORNA PÚBLICO** que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade INEXIGIBILIDADE, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

### **1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/21

### **2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES NO CURSO REQUERIMENTOS, MOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR, QUE ACONTECERÁ DE 22 A 25 DE JULHO DE 2025 NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.**

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A contratação se justifica pela **necessidade de capacitação dos vereadores e servidores desta Câmara** sobre os aspectos técnicos e legais relacionados à elaboração e tramitação de requerimentos, moções e pedidos de informação, instrumentos fundamentais da atividade parlamentar.

3.2 O conteúdo do curso é **especializado, de interesse direto e específico do Poder Legislativo**, e será ministrado por instrutores com comprovada experiência na área.

### **5. DOS VALORES**

5.1 O Valor total do estimado para esta contratação será de **R\$ R7.950,00 (sete mil e novecentos e cinquenta reais)**

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
1	<b>INSCRIÇÕES DE VEREADORES E SERVIDORE PARA O CURSO “:REQUERIMENTOS, MOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR, QUE</b>	Inscrição	R\$1.490,00	R\$5.960,00

ACONTECERA DE 22 A 25 DE JULHO DE 2025 NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.			
---	--	--	--

## 6. FORNECEDOR

**CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA  
LIMITADA**

**CPF/CNPJ: 46.415.417/0001-16**

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO

As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento de 2025.

01.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBUIA
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.00.00

## 7. DA FORMA DE PAGAMENTO

O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal/fatura correspondente.

O pagamento será realizado por meio de transferência eletrônica ou pagamento de fatura em favor da contratada.

A nota fiscal/fatura será emitida pela contratada após o recebimento a confirmação por meio de certificado em conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida, sempre que possível, das seguintes informações:

- a) indicação do número do contrato;
- b) indicação do objeto do contrato;
- c) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- d) conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta

ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal/fatura, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Imbuia/SC;
- c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO DE VIGÊNCIA**

Conforme Programação do Evento

## **9. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

O Objeto deverá ser executado de acordo com o estabelecido no termo de referência.

## **10. DA AUTORIZAÇÃO:**

Jorge Luiz Sardo, Vereador Presidente, no exercício de suas atribuições legais, nos termos do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, ratifico a presente Dispensa de Licitação e determino a imediata publicação na imprensa oficial, como condição indispensável para a eficácia destes atos administrativos.

Imbuia, 16 de julho de 2025.

**Jorge Luiz Sardo**  
Vereador Presidente

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

## **1.DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES NO CURSO REQUERIMENTOS, MOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR, QUE ACONTECERA DE 22 A 25 DE JULGO DE 2025 NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES NO CURSO REQUERIMENTOS, MOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR, QUE ACONTECERA DE 22 A 25 DE JULGO DE 2025 NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC..

2.2 O Processo de LICITAÇÃO será por meio de INEXIGIBILIDADE conforme estabelece o inciso III, alínea “f”, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

...

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A empresa fornecerá 4 (quatro) inscrições para Vereadores e Servidores no curso “REQUERIMENTOS, MOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR”, que será realizado na cidade de Florianópolis nos dias 25 a 28 de março de 2025” a ser ministrado pelo Centro de Estudos da Administração Pública – CEAP Brasil.

## **4. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

4.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços conforme todas as orientações deste Termo de Referência, do Edital do Processo Licitatório e de todos os seus anexos, bem como obedecendo ao cronograma anexo. Para a presente contratação, entende-se que não será permitida a contratação de pessoa física, bem como não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A empresa deverá estar habilitada para executar os serviços objetos desta contratação, devendo apresentar os documentos especificados no edital.

## **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Os serviços deverão ser prestados nas datas, horários e locais discriminados na programação anexa. Para a correta e efetiva execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais

didáticos e certificados de conclusão do curso, além de cumprir com a carga horária definida. Além disso, deverá disponibilizar consultoria específica durante o período de 30 (trinta) dias, para eventuais dúvidas dos participantes, bem como observar as seguintes obrigações mínima:

5.2 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

5.3 Os serviços deverão ser prestados nos locais, datas e horários definidos.

5.4 Os valores estimados incluem o custo do curso de formação (inscrição), material didático, coffee break durante os intervalos das aulas, consultoria pelo período mínimo de 30 (trinta) dias e certificado de conclusão

5.5 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos serviços fornecidos, sanando eventuais deficiências, às suas custas;

5.6 Serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto, ficando o órgão público isento de qualquer vínculo empregatício com estes;

5.7 A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;

## **6. DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A metodologia de avaliação se dará através de fiscalização, a ser exercida por servidor designado pela Câmara de Vereadores de Imbuia.

## **7. MODELO DE GESTÃO**

7.1. A gestão do Termo de Contrato ou similar será feita pela Câmara de Vereadores de Imbuia, assim como a fiscalização e Gestão.

## **8. DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após a emissão e liquidação das notas.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Apresentação plena, adequada e correta do serviço o qual o objeto do presente instrumento;

9.2. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

## **10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇOS DE REFERENCIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Tendo em vista o levantamento do valor unitário e o prazo para a prestação dos serviços, foi estimado um gasto total no valor de R\$ 6.930,00 (seis mil e novecentos e trinta reais)

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
1	INSCRIÇÕES DE VEREADORES E SERVIDORES PARA O CURSO "OFICINA DE TÉCNICA LEGISLATIVA O PASSO A PASSO PARA CRIAR PROPOSTAS", QUE SERÁ REALIZADO NA CIDADE DE	Inscrição	R\$1.290,00	R\$5.160,00

FLORIANÓPOLIS NOS DIAS 19 A 22 DE MARÇO DE 2024 EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº. 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021			
--	--	--	--

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à contratada, após o cumprimento das formalidades legais;

13.2 Colocar a disposição da CONTRATADA a documentação, dados e informações que lhe forem solicitadas;

13.3 Designar pessoal, seus funcionários, sempre que necessário para prestarem esclarecimentos, acompanharem a realização do trabalho e servir de interlocutor com a CONTRATADA;

13.4 Fornecer à contratada todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que a empresa venha a solicitar para o desempenho dos serviços contratados.

### **14. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

14.1. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da participante, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto do contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

14.2. Tanto a Câmara de Vereadores quanto o fornecedor, declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 1.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

14.3. O fornecedor declara que:

- a) respeita o direito à privacidade dos titulares dos Dados Pessoais no âmbito da execução do contrato,
- b) realiza o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus clientes e da sociedade, e;
- c) visa a sustentabilidade e autonomia empresarial na execução do objeto para assegurar a estabilidade e a continuidade de seus serviços.

14.4. Comunicar ao Câmara de Vereadores eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto Social, enviando, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, a devida documentação.

14.5. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros.

14.6. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.7. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do município, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

### **15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1 O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 A Câmara de Vereadores poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.3 A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal de contrato, o Sr. Laudir Givanildo Schvindan

15.4 O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara de Vereadores.

15.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.6 O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

15.7 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.8 O gestor do contrato ou instrumento equivalente será o Sr. Jorge Luiz Sardo que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

17.1 A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 A sanção prevista no inciso I, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5 A sanção prevista no inciso II, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

17.6 A sanção prevista no inciso III, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7 A sanção prevista no inciso IV, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.8 A sanção prevista no inciso IV, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Legislativo, será de competência exclusiva de Vereador Presidente.

17.9 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* do referido artigo.

17.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.11 A aplicação das sanções previstas no *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.12 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.13 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.15 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.16 A Câmara de Vereadores deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.17 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.18 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Câmara de Vereadores a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.19 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.20 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento de 2025.

01.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBUIA
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.00.00

## **19. DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis.

## **20. DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imbuia, 16 de julho de 2025

Daniel Augusto Schmoller  
Agente de Contratação

# Requerimentos, Moções e Pedidos de Informação: Como Formular e Aplicar Corretamente

 22 a 25 de Julho

 Florianópolis - SC

## Quem será seu Professor?



### **Gabriela Schelp**

Advogada, consultora legislativa, pós graduada em direito “lato sensu” pela Escola da Magistratura de Santa Catarina ESMESC, e em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG. Foi assessora parlamentar no legislativo estadual, professora e palestrante na área do Direito Público. Autora do Manual da Mulher Parlamentar e Coidealizadora do Encontro de Mulheres Parlamentares

## Após o curso o aluno será capaz de:

- Compreender o papel institucional e político dos requerimentos, moções e pedidos de informação no exercício da função parlamentar.
- Formular corretamente esses instrumentos, observando requisitos legais, regimentais e técnicos.
- Diferenciar os tipos e finalidades dos requerimentos e moções no processo legislativo.
- Aplicar estratégias para tornar os pedidos de informação mais efetivos e juridicamente fundamentados.
- Evitar vícios formais e impropriedades que possam comprometer a tramitação ou eficácia dos instrumentos.
- Utilizar esses mecanismos como ferramentas legítimas de fiscalização, posicionamento político e representação do interesse público.

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

# Requerimentos, Moções e Pedidos de Informação: Como Formular e Aplicar Corretamente

 22 a 25 de Julho

 Florianópolis - SC



## Público Alvo

- Vereadores;
- Assessores legislativos;
- Assessores Jurídicos;
- Assessores de Comunicação.
- Servidores das Câmaras Municipais;
- Procuradores;
- Contadores;
- Controladores Internos.



## Data

22 a 25 de Julho



## Diferenciais

- Kit do aluno (Pasta, caneta e apostila impressa);
- 30 dias de consultoria gratuita após o evento;
- Coffe Break em todos os dias de evento;
- Atividades práticas com foco na metodologia ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas



## Carga Horária

20H



## Local

### Castelmar Hotel e Eventos

R. Felipe Schmidt, 1260 - Centro,  
Florianópolis - SC, 88010-002

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**  
Centro de Estudos da Administração Pública

 **Plataforma  
LegisATIVO**

## Programação

**22/07 (Terça-Feira) - 14h às 17h**

- Credenciamento e Entrega de Materiais

**23/07 (Quarta-Feira) - 08h às 12h**

### **Módulo 1 - Aspectos Fundamentais e Finalidade Parlamentar**

- Função institucional dos instrumentos legislativos não normativos
- Diferença entre requerimento, moção e pedido de informação
- Princípios constitucionais aplicáveis (transparência, publicidade, controle)
- Competência da Câmara Municipal e limitações

**23/07 (Quarta-Feira) - 14h às 17h**

### **ATIVIDADE ELETIVA - Consultoria com professor**

**24/07 (Quinta-Feira) - 08h às 12h**

### **Módulo 2 - Estrutura, Redação e Formalização**

- Elementos essenciais de um requerimento eficaz
- Redação técnica e padronização: linguagem, clareza e finalidade
- Moções de aplauso, repúdio, apoio e pesar: limites e legitimidade
- Pedido de informação à luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica e da Lei de Acesso à Informação
- Erros comuns e como evitá-los

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

## Programação

**24/07 (Quinta-Feira) - 14h às 17h**

**ATIVIDADE ELETIVA - Laboratório de Pedidos de Informação: Técnica, Fundamentação e Estratégia**

- Estudo de casos reais com retorno efetivo do Executivo
- Simulações de pedidos de informação com base na LAI e no Regimento Interno
- Estratégias para fortalecer o controle externo e a transparência
- Como agir diante da omissão ou recusa de resposta

**25/07 (Sexta-Feira) - 08h às 12h**

**Módulo 3 - Aplicação Prática e Eficácia**

- Trâmite processual interno: como apresentar, defender e acompanhar
- Análise de modelos e simulações com base em casos reais
- Como transformar requerimentos e pedidos de informação em instrumentos de fiscalização efetiva
- Decisões judiciais e orientações de Tribunais de Contas sobre o tema
- O uso político responsável dos instrumentos perante a sociedade e a mídia

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

# Requerimentos, Moções e Pedidos de Informação: Como Formular e Aplicar Corretamente

22 a 25 de Julho

Florianópolis - SC



## Investimento

Consulte as Condições Especiais para grupos do mesmo órgão com nossos consultores.

### Incluso:

- Kit do aluno.
- Coffee Break.
- Certificado de Conclusão impresso para quem atingir no mínimo 75% de frequência.



## Garantia CEAP

Devolvemos 100% do valor investido nas inscrições do evento caso o participante entenda que não atendemos as suas expectativas. Garantia registrada em cartório. Compromisso assumido com o bom uso dos recursos públicos.



Plataforma  
**LegisATIVO**

Primeira plataforma do Brasil com **soluções completas** para Câmaras Municipais.

A **Plataforma LegisATIVO** é a primeira do Brasil com soluções completas para Câmaras Municipais, desenvolvida pela **Dra. Mônica Lopes**, especialista no Poder Legislativo. Oferece serviços como consultorias especializadas na atualização e modernização de Câmaras Municipais.

Quero Agendar uma Demonstração!

